

## **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA PROCERGS Nº 04/2026**

Data: 24/03/2026

Horário: 11h30min

Modalidade: Remota (web)

Presentes: Conselheiros firmados ao final desta ata.

Pauta:

1. Aprovação da Ata da Reunião Anterior;
2. Reclamatórias Trabalhistas -AGT
3. Fluxo Financeiro Fevereiro de 2026;
4. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE Fevereiro 2026 e Projeção Anual 2026;
5. Assuntos Gerais
6. Próxima Reunião e Encerramento

### **ABERTURA E INFORMES**

O Sr. Paulo Roberto Zborowsky, gerente da Divisão de Gestão Contábil-Financeira e Orçamentária (DCF), presidiu e abriu a sessão. Saudou os participantes informando que, objetivando atender à solicitação do Conselho, inverteu a ordem da pauta, convidando a representante da Assessoria de Gestão Trabalhista (AGT), advogada Silvia Maria Beata, para apresentar a situação das ações trabalhistas contra a PROCERGS e uma atualização de seu desempenho financeiro até fevereiro de 2026.

### **2. Reclamatórias Trabalhistas - AGT**

Em seguida, a Dra. Silvia agradeceu o convite e passou a explicar sobre os tipos de ações e a situação de cada uma delas:

- Ações Ativas: Atualmente a PROCERGS possui 428 ações trabalhistas ativas, não incluindo a ação coletiva de periculosidade e suas execuções provisórias. Se consideradas todas, o total é de 457.

#### **Ação de Periculosidade (Sindicato):**

A assessora informou que esta ação representa um impacto financeiro potencial muito alto. Salientou que o sindicato busca o pagamento de adicional de periculosidade para todos os empregados da sede, alegando a existência de tanques de combustível no subsolo.

Acrescentou ainda que inicialmente ocorreu uma perícia técnica que negou o risco. Porém, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) reverteu a decisão e condenou a PROCERGS. Seguindo os trâmites processuais, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) assumiu a defesa no Tribunal Superior do Trabalho(TST).

Registrou que a última decisão do TST foi favorável à PROCERGS, afastando a condenação. Todavia, o processo ainda em curso.

Informou também que o provisionamento para este processo foi classificado como "possível", podendo apresentar um montante em torno de R\$ 800 milhões, sendo tratado separadamente devido ao seu impacto significativo.

A assessora acrescentou ainda que ocorreram cerca de 27 execuções provisórias relacionadas a este caso, a maioria suspensa após a decisão favorável no TST.

Logo após, a Dra. Silvia apresentou os seguintes pontos:

#### **Tendência Geral das Ações:**

Desde 2019, o número de ações trabalhistas ativas **diminuí** gradualmente, com mais processos arquivados ou encerrados do que novas ações anualmente. A duração média de um processo **foi** de 73 meses (aproximadamente seis anos).

O "boom" de novas ações em 2015 **foi atribuído** à retomada das promoções por antiguidade em 2014, após terem sido suspensas entre 1995 a 2014, o que **resultou** em ações relacionadas ao plano de 1981. Um novo pico **ocorreu** em 2023, devido a mudanças no plano de 2014.

#### **Classificação dos Processos:**

Por fase: a maioria dos processos **está** na fase recursal ou de execução. Por objeto: 71% das ações **se referem** a discussões sobre antiguidade (planos de 1981 e 2014). Outras categorias **incluem** responsabilidade subsidiária (terceirizados), jornada de trabalho (horas extras, adicional noturno) e reintegração (principalmente aposentadoria compulsória — uma questão ainda não pacificada pelas Cortes Superiores).

#### **Desembolso e Provisionamento:**

**Desembolso:** para 2026, o orçamento **prevê** R\$ 22 milhões em desembolsos para ações trabalhistas (incluindo custas, pagamentos e honorários). Até fevereiro, R\$ 3 milhões (15% do planejado) **foram desembolsados**. O total histórico de desembolsos supera R\$ 150 milhões.

**Provisionamento (Perda Provável):** o valor total provisionado para processos de "perda provável" é de R\$ 57 milhões (atualizado até fevereiro). Desse montante, R\$ 26 milhões **já estão** garantidos em contas judiciais.

A classificação dos processos como "perda provável" ou "possível" é **revisada** mensalmente, especialmente após condenações ou reversões de decisões. Ações do plano de 1981 são quase sempre "prováveis"; as do plano de 2014 **iniciaram** como "possíveis" e passaram a "prováveis" após uma condenação.

Em seguida foi aberto espaço para perguntas, e todas foram respondidas.

#### **DELIBERAÇÕES**

Dando seguimento a reunião o Sr. Zborowsky passou para o primeiro item da pauta estabelecida.

## 1. Aprovação da Ata de 24/02/2026

Informou-se que o documento circulou previamente entre os conselheiros via grupo de trabalho no aplicativo WhatsApp, tendo sido aprovado por unanimidade. A ata seguiu para instrumentalização no processo PROA, para assinatura digital dos membros.

Continuando, prosseguiu com a apresentação do próximo item.

Desempenho Financeiro (Atualização até fevereiro de 2026)

### 2. Fluxo de Caixa:

- Em final de fevereiro, o caixa encerrou o mês com R\$ 162 milhões. Desse valor, R\$ 67-68 milhões **foram reservados** para investimentos e aumento de capital, **restando** R\$ 94-95 milhões para custeio operacional.
- A redução em relação a dezembro (R\$ 105 milhões para custeio) **foi atribuída** a pagamentos de férias (janeiro e fevereiro são meses de alto desembolso para férias) e a atrasos de clientes, que **foram regularizados** em março.

### 3. Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE):

- **Fevereiro:** a receita **foi** de R\$ 51 milhões (abaixo do previsto). O resultado **foi** de R\$ 2,275 milhões negativos.
- **Acumulado janeiro-fevereiro:** a receita **ficou** R\$ 7 milhões abaixo do previsto, o que **resultou** em um acumulado de R\$ -3.042 milhões.
- **Projeção anual 2026:** a receita projetada para o ano **caiu** para R\$ 741 milhões (antes R\$ 749 milhões). O resultado positivo projetado **diminuiu** para R\$ 3,587 milhões (anteriormente R\$ 4,3 milhões), considerado um valor muito próximo do limite para fechar o ano no negativo.
- **Causa da redução da receita:** a queda de R\$ 7,1 milhões na receita de janeiro e fevereiro **ocorreu** devido a um contrato com a Secretaria da Fazenda relacionado à reforma tributária, que ainda não **foi assinado**. A PROCERGS **espera** faturar este valor retroativamente assim que o contrato **fosse formalizado**.
- **Custos:** o custo de pessoal **ficou** abaixo do previsto, representando 59,7% do custo total projetado para 2026.

### Benchmarking (Custo de Pessoal vs. Receita):

- **Foi apresentado** um comparativo do custo de pessoal em relação à receita entre a PROCERGS e outras empresas estatais de tecnologia (PRODENGE, SERPRO, CELEPAR, PRODESP).
- A PROCERGS **se posicionou** em uma faixa de 60-70%, similar à PRODENGE (65%) e ao SERPRO (64% em 2025).
- Os dados da CELEPAR e da PRODESP **foram considerados** incompletos, pois não segregam o pessoal técnico dos administrativos ou terceirizados.
- A análise **foi considerada** útil para contextualizar a situação da PROCERGS.

#### 4. Assuntos Gerais

- Compartilhamento com o Conselho das notas explicativas trimestrais sobre a ação de periculosidade.
- Próxima Reunião e Encerramento

#### 5. Próxima Reunião e Encerramento

Próxima reunião ordinária será em **28 de abril, às 11h30.**

Assinaturas:

Alan Pena Tosta da Silva  
Conselheiro Fiscal

Antônio Guido Classmann  
Conselheiro Fiscal

Cristiano Martyniak  
Conselheiro Fiscal



Nome do arquivo: Reunião do Conselho Fiscal n 04 de 24 de março de 2026

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICAÇÃO
Antonio Guido Classmann	20/05/2026 17:10:34 GMT-03:00	29054990015	
Alan Pena Tosta da Silva	08/06/2026 14:25:24 GMT-03:00	71119019168	
Cristiano Martyniak de Lima	11/06/2026 19:26:57 GMT-03:00	00863608094	

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.